



2 de março de 2018

**A nossa tarefa: fazer valer a bandeira de “Não baixar a guarda”.**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

**NESTA EDIÇÃO:**

- Uma posição errada.
- Unificar a luta contra a Reforma da Previdência.
- Uma avaliação necessária para corrigir os desvios.

## Dois fatos marcaram a situação política

Nesses últimos dias, o governo Temer impôs a intervenção no Rio de Janeiro, afastando de suas funções o governador eleito. E suspendeu a votação da reforma da previdência. A intervenção faz parte de um conjunto de medidas que vêm sendo implantadas no sentido da militarização da política. Basta ver a criação do Ministério da Segurança Pública, a reorganização do Serviço Nacional de Informações e a indicação de um general para comandar o ministério da Defesa, posto ocupado pelos civis desde a Constituição de 1988. A suspensão da votação da reforma da previdência não indica que Temer desistiu da empreitada. Ao contrário, o capital financeiro o pressiona para que cumpra o que pro-

meteu quando assumiu o poder.

Não podemos esquecer que o governo Temer nasceu de um golpe de Estado e assumiu o poder como um governo de ditadura civil, que tem como objetivo impor reformas draconianas sobre a maioria explorada, uma exigência do capital financeiro para sustentar a gigantesca dívida pública.

*Nossa tarefa: responder às violentas reformas com os métodos da luta de classes. Não é hora de alimentar ilusões eleitorais. É hora de organizar os explorados para defender suas reivindicações: emprego, salários, direitos. Levantar as bandeiras de “Abaixo as reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio!; Abaixo a intervenção no Rio de Janeiro!”*

### Barrar a ofensiva dos governos com assembleia massiva e unificada

Consideramos que foi um erro convocar a assembleia para somente 8 de março. Isso quando o desemprego e o subemprego são fatos consumados. E quando o fechamento de salas e turnos são também uma dura realidade. A assembleia no início do ano letivo serviria para organizar os desempregados e aprovar a luta pela abertura imediata das salas fechadas. Permitiria a unidade com os demais trabalhadores no combate a reforma da previdência. A direção do sindicato quis aproveitar o dia da mulher, em que tradicionalmente ocorrem manifestações, quase sempre festivas, para realizar a primeira assembleia.

*Nossa tarefa, agora, é impulsionar a mobilização para que seja uma assembleia massiva e de luta pelo emprego, salário e direitos, que estão sendo arrancados. O elemento novo da situação é que os professores e funcionários da educação municipal também vão parar nesse dia e há a proposta de greve contra as mudanças previdenciárias do prefeito Dória.*

### MAIS DESEMPREGO E SUBEMPREGO

A atribuição de aulas foi marcada pelo elevado número de desempregados e subempregados. Para os que conseguiram aulas, tanto professores titulares de cargo como estáveis (categoria “F”) e contratados (categoria “O”), tiveram de aumentar o número de escolas para compor a jornada. Mas uma parcela significativa de estáveis e contratados não conseguiu aula alguma. Aos estáveis restou voltar para sua escola e cumprir a hora-permanência e aguardar o surgimento de algumas aulas no decorrer do ano letivo. As consequências disso serão: salas superlotadas, destruição físico e mental dos professores, aumento das licenças médias e das faltas.

A causa principal dessa situação de desemprego e subemprego está no alto índice de salas de aula fechadas em todo o estado. Somente em 13 regiões, foram fechadas 1.530 classes do ensino fundamental e médio. Como se vê, mantém-se o projeto de reorganização do governo Alckmin/PSDB, só que de forma velada. Já que foi interrompido pela luta dos estudantes nas ocupações das escolas, em 2015.

A Corrente Proletária na Educação atuou nas atribuições de aulas com o boletim defendendo a abertura de todas as salas e turnos fechados por meio da redução de alunos por sala, máximo de 25 alunos. Reivindicando a estabilidade a todos os professores contratados, por meio da campanha “nenhum professor desempregado”. Propagandeou a bandeira de emprego a todos, defendendo a escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho. Ressaltou que somente com a mobilização direta e coletiva de professores e estudantes é possível derrotar a ofensiva de Alckmin contra a educação pública e os empregos.

*Nossa tarefa: retomar a campanha pela abertura de todas as salas e turnos fechados. Exigir a redução do nº de alunos por sala (no máximo 25 alunos). Defender verdadeiramente a estabilidade a todos os professores contratados. E trabalhar para pôr abaixo a reforma do ensino médio.*

# Uma posição errada

Diante desse quadro de desemprego e subemprego, a direção da Apeoesp convocou um Conselho Estadual de Representantes extraordinário, no dia 3 de fevereiro. No entanto, diante dos brutais ataques de Alckmin, a posição dos conselheiros foi defensiva. Propôs assembleia apenas para o dia 8 de março. A Corrente Proletária e setores da oposição defenderam o dia 19 de fevereiro, data indicada pela central como dia nacional de paralisações e mobilizações. Assim, o dia 19 de fevereiro ficou como de “paralisação” e participação no ato centralizado na Av. Paulista.

Como se vê, a direção majoritária, mais uma vez, não

estava por organizar verdadeiramente o combate pela abertura das salas fechadas. Deixou de lado a luta por melhores condições de salário e emprego e se mostrou muito ativa na defesa da democracia burguesa, das eleições de outubro e da campanha de pressão aos deputados para inviabilizar a reforma da previdência. Daí a proposta de convocar assembleia somente para 8 de março.

*Nossa tarefa: trabalhar para que a assembleia seja massiva e de luta. Que se coloque no campo da defesa das reivindicações dos professores. Que rejeite o des-tracionismo eleitoral da direção do sindicato.*

## Unificar a luta contra a Reforma da Previdência

O governo de João Dória/PSDB está na ofensiva contra os servidores municipais. Pretende, através do PL 621/16, reformar a previdência do funcionalismo municipal. Quer ampliar a alíquota de contribuição dos atuais 11% para 14%; cobrar, ainda, uma contribuição complementar de até 5% de cada trabalhador, ativo ou aposentado. Diante deste ataque, o funcionalismo municipal respondeu com uma massiva assembleia no dia 19 de fevereiro. A direção majoritária do Sinpeem, cujo partido faz parte da base parlamentar de Dória, não quis enfrentar o prefeito em uma greve imediata. Propôs para o dia 8 de março uma nova assembleia. A Corrente Proletária defendeu a continuidade da greve, mas não conseguiu reverter a situação.

*Como se vê, há uma ação centralizada: governo federal, estaduais e municipais para impor a reforma da previdência. A resposta dos trabalhadores terá de ser também centralizada e com os métodos da ação direta.*

## UMA AVALIAÇÃO NECESSÁRIA PARA CORRIGIR OS DESVIOS

O ato convocado pelas Centrais no dia 19 de fevereiro foi marcado por muitas falas e pouca ação. No palanque, ouvimos diversos discursos contra o governo Temer e suas reformas. No entanto, as burocracias sindicais já estavam sob o efeito da suspensão da votação da reforma da previdência no Congresso Nacional. Não faltaram discursos considerando que a suspensão se deveu à “pressão” dos trabalhadores. Também não faltaram os discursos em favor de eleições “democráticas”, de constituição de um polo de esquerda”, etc. Por isso, não houve nenhuma proposta de continuidade da luta para derrubar definitivamente as reformas do golpista Temer. Apesar de terem ocorrido alguns dias depois da intervenção no Rio de Janeiro, o ato não se colocou firmemente pelo rechaço à intervenção.

Como não houve assembleia, somente uma pequena vanguarda de professores compareceu ao ato. Isso mostra o quanto era importante a assembleia, a unidade com os municipais e demais explorados.

A Corrente Proletária convocou o ato junto às fábricas, escolas e movimentos. Compareceu com a bandeira “Não baixar a guarda”. “Rechaçar a intervenção no Rio de Janeiro”. Mostrou que a única luta possível é a de resistência nas ruas: greves, bloqueios e manifestações.

*A nossa tarefa: fazer valer a bandeira de “Não baixar a guarda”. O capital financeiro exige que Temer cumpra o que foi prometido: fazer a reforma da previdência. Assim, mais cedo ou mais tarde, o governo*

*terá de voltar com o projeto da reforma. Está aí por que devemos manter a luta acesa para pôr abaixo as reformas do governo Temer. Nessa semana, veio à tona a reforma do ensino médio, com a obrigatoriedade de apenas duas disciplinas: português e matemática. Como se vê, a luta é uma só: derrotar as reformas de Temer com os métodos próprios dos trabalhadores: a greve nacional*

*Não faltaram discursos considerando que a suspensão se deveu à “pressão” dos trabalhadores. Também não faltaram os discursos em favor de eleições “democráticas”, de constituição de um polo de esquerda”, etc. Por isso, não houve nenhuma proposta de continuidade da luta para derrubar definitivamente as reformas do golpista Temer.*